



IV SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA: UM ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS OSCIPs DO RS

RAIZIANE CÁSSIA FREIRE DA SILVA

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI
raifreire@hotmail.com

ROSANE MARIA SEIBERT

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI
rseibert@santoangelo.uri.br

BERENICE BEATRIZ ROSSNER WBATUBA

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul
bwbatuba@santoangelo.uri.br



AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA: UM ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS OSCIPs DO RS

Resumo

O tema governança vem difundindo-se no âmbito organizacional como forma estratégica de garantir a competitividade, sustentabilidade e a perenidade das organizações. As boas práticas de governança são fundamentadas em princípios, como a transparência e prestação de contas, e não se restringem as sociedades anônimas podendo ser adotadas por qualquer tipo de organização. O objetivo do estudo foi identificar quais os tipos de contas que as OSCIPs- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Rio Grande do Sul prestam aos seus públicos de interesse, por meio de seus sítios de internet. A amostra foi de 89 organizações. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e a coleta de dados foi bibliográfica, documental e observação não participante nos sites das OSCIPs. Os dados tratados através de análise de conteúdo. Os resultados sugerem que as informações evidenciadas são insuficientes para se caracterizar como adequada a prestação de contas aos seus *stakeholders*, o que demonstra a falta de transparência e a necessidade de melhoria do seu sistema de governança, principalmente no atendimento aos princípios de transparência e prestação de contas. A pesquisa limitou-se as informações disponíveis nos sítios de internet, sem acesso aos dados restritos e às dependências das organizações e seus membros.

Palavras-chave: Governança; OSCIP; Transparência; Prestação de Contas

Abstract

The governance issue has been disseminated in the organizational context as a strategic way to ensure competitiveness, sustainability and sustainability of organizations. Good corporate governance practices are based on principles such as transparency and accountability, and do not restrict corporations can be adopted by any organization. The aim of the study was to identify what types of accounts that OSCIPs- Civil Organizations of the Rio Grande do Sul State Public Interest Society provide to their stakeholders through their internet sites. The sample consisted of 89 organizations. The methodological approach was qualitative and the data collection was bibliographical, documentary and non-participant observation on the websites of OSCIPs. Data processed through content analysis. The results suggest that the information highlighted are insufficient to characterize as proper accountability to its stakeholders, which shows the lack of transparency and the need to improve their governance system, especially in meeting the principles of transparency and provision of accounts. The research was limited information available on the internet sites without access to restricted data and dependencies of organizations and their members.

Keywords: Governance; OSCIP; Disclosure; Accountability

1. INTRODUÇÃO

As constantes modificações no cenário econômico passaram a exigir das organizações o desenvolvimento de estratégias para sobrevivência neste meio oscilante e competitivo. Assim, o tema governança vem difundindo-se como forma estratégica de garantir a competitividade e a perenidade das organizações (Weitzner & Peridis, 2011; McDonnel,



2011) através da adoção das boas práticas de governança, que são fundamentadas nos princípios da equidade, responsabilidade organizacional, transparência e prestação de contas.

As boas práticas de governança não se restringem apenas as sociedades anônimas de capital aberto ou fechado podendo ser adotadas por qualquer tipo de organização, independente de sua natureza ou porte, como por exemplo, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] & Grupo de Institutos Fundações e Empresas [GIFE], 2014).

OSCIP é uma qualificação concedida pelo Ministério da Justiça, desde 1999 com a promulgação da Lei nº 9.790 (1999). A partir de então, mais de quatro mil Organizações de direito privado, sem fins lucrativos, se qualificaram como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no Brasil (Ministério da Justiça, 2015). Todas essas Organizações possuem vantagens derivadas desta qualificação devendo, em contrapartida, cumprir algumas exigências legais essencialmente baseadas nos princípios da transparência, responsabilidade social e prestação de contas.

A inobservância da lei acarreta a perda da qualificação (Lei 9.790, 1999), por isso, se presume que a maioria das OSCIPs brasileiras divulgam seus dados socioeconômicos e realizam as prestações de contas em conformidade com a legislação. No entanto, a redação da lei que regula as OSCIPs não é taxativa ao relacionar a composição da prestação de contas ao público, estabelecendo apenas o mínimo a ser apresentado.

Dessa forma, ao se deparar com a flexibilidade da legislação e reconhecendo a importância da adoção das boas práticas de governança, principalmente dos princípios da transparência e prestação de contas das organizações para com seus públicos de interesse, de modo a fortalecer sua legitimidade (Phillips, 2003; Parmar *et al.*, 2010; IBGC & GIFE, 2014), a pesquisa buscou responder a seguinte questão: “Que tipo de contas as OSCIPs prestam para os seus públicos de interesse através de suas páginas eletrônicas de Internet?”. Desse modo, o objetivo principal desse estudo foi identificar quais os tipos de contas que as OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul prestam aos seus públicos de interesse, por meio de suas páginas eletrônicas de Internet.

Além desta introdução, o artigo apresenta a revisão da literatura que fundamentou este estudo. Na sequência, descreve-se o processo metodológico adotado para o seu desenvolvimento, os resultados encontrados e a discussão desses resultados. Finalizando, tem-se as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste item são tratados temas que serviram de fundamentação para este estudo.

2.1 Teoria da Legitimidade

A Teoria da Legitimidade parte do pressuposto de que a relação, entre a organização e a sociedade em que está inserida, é regida por um “contrato social” que identifica as expectativas explícitas (determinadas por lei) e as implícitas (aquelas que a lei não abrange) das partes que integram a mesma e determinam como devem comportar-se (Deegan *et al.*, 2002). Ao seguir o comportamento orientado por este contrato social, as partes estariam legitimadas. Legitimidade é “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas ao sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p. 574). Logo, sob a ótica dessa teoria, uma organização será legítima quando cumprir com as expectativas explícitas e implícitas do seu contrato com a sociedade, devolvendo algo do interesse dessa sociedade para merecer permanecer nela (Shocker & Sethi, 1973; Lindblom, 1994; Suchman, 1995).



No entanto, Lindblom (1994) afirma que o conceito da legitimidade não significa dizer que será um julgamento de consenso universal. A avaliação da legitimidade é individual. Os indivíduos mantêm relações com a organização como interessados nela, chamados de públicos relevantes. As expectativas da comunidade mudam no decorrer dos anos e espera-se que a organização acompanhe essas mudanças. Se ela não tiver condições de manter sua legitimidade, o contrato social entre ambas as partes pode ser revogado e provocar penalidades econômicas, sociais ou jurídicas (Lindblom, 1994; Deegan *et al.*, 2002).

Para Suchman (1995), as organizações buscam legitimidade por vários motivos, porém salienta duas situações: a) Continuidade e credibilidade – a legitimidade tanto aumenta a continuidade da organização quanto à compreensão das atividades que levam à credibilidade, além de afetar o julgamento das pessoas em relação à organização, ou seja, uma organização pode ser considerada digna, significativa e confiável pelo fato dela ser legítima; b) Apoio passivo e o apoio ativo – o apoio almejado pela organização influencia no limiar de sua legitimidade. Quando o apoio é passivo, a organização necessitará de uma legitimidade muito baixa, porém, se visa um apoio mais ativo, as exigências de legitimidade serão mais rigorosas.

Em virtude das mudanças quanto as expectativas sociais, Patten (1991), Lindblom (1994), Deegan *et al.* (2002) e O'Donovan (2002) afirmam ser oportuno que a organização avalie sua legitimidade e relevância a fim de verificar se atende as respectivas expectativas. Deve divulgar para o seu público interessado sua condição a fim de tentar modificar a visão deles, projetando uma imagem favorável da organização, ou fazer esforços de legitimação para evitar os malefícios da perda da legitimidade, os conflitos e a diminuição de apoio ativo. A Teoria da Legitimidade pressupõe que quanto maior for a percepção desfavorável de como a organização está atuando na sociedade, maior será o interesse da organização em mudar essa percepção, pois o objetivo da organização é ser legítima (O'Donovan, 2002).

2.2 Teoria dos Custos Políticos

A Teoria dos Custos Políticos baseia-se no pressuposto de que o setor político possui poder para transferir riquezas a vários grupos. A organização é sensível a regulação, nacionalização, expropriação, dentre outras ações governamentais passíveis e de imposição (Álvarez, Sánchez & Domínguez, 2008; Shaffer 1995). As organizações utilizam-se de artifícios como, campanhas de responsabilidade social na mídia, *lobby* com o governo e seleção de procedimentos contábeis, para diminuir seus ganhos e desviar a atenção da geração de altos lucros, objetivando reduzir a probabilidade de ações políticas adversas que possam afetar negativamente os resultados da organização (Watts & Zimmerman, 1978).

Watts and Zimmerman (1978) e Wagenhofer (1990), afirmam que a mensuração dos custos políticos é relacionada ao tamanho da empresa, pois os custos relativos às grandes empresas não seriam comparáveis aos custos políticos atribuídos as empresas com lucros menores. Isto porque o porte da organização atrai a atenção do governo, da sociedade e da mídia deixando-a mais suscetível a pressões que elevam os custos políticos (Álvarez, Sánchez & Domínguez, 2008).

Também, a inabilidade de alguns gestores de fazer com que as atividades da organização atinjam a legitimidade, podem gerar custos políticos já que tal situação provoca pressões de grupos sociais resultando, muitas vezes, em intervenção governamental através de restrições legais, impostos e outros (Rover *et al.*, 2012). Assim, organizações com altos custos políticos, ao sentirem sua legitimidade ameaçada, buscam na evidenciação compulsória e voluntária a forma de contornar a situação e, ainda, evitar ou minimizar a intervenção política em suas atividades (Álvarez, Sánchez & Domínguez, 2008; Beuren & Sothe, 2009).



2.3 Governança

O tema governança é considerado relativamente recente dado ao surgimento desta expressão no início dos anos 80, porém, as discussões sobre o motivo (a separação entre a propriedade e controle das organizações) que levaram ao despertar da governança é mais antigo que a própria expressão Governança Corporativa.

Berle and Means (1932), pioneiros, ao abordar as divergências dos interesses decorridos da separação entre propriedade e controle. O crescimento em número e poder das sociedades anônimas são fatores responsáveis pela separação da pessoa do proprietário e a pessoa do administrador da empresa, eclodindo na necessidade de escolha do empregado que garanta o funcionamento da organização em consonância aos interesses dos proprietários.

Outros pesquisadores vêm aprofundando as discussões relativas às grandes corporações e perpassam por Coase (1937) afirmando sobre a natureza da firma, depois Alchiam and Demsetz (1972) tratando da separação entre propriedade e controle e Jensen and Meckling (1976) abordando os conflitos de interesse entre o agente e o principal.

Então, na existência dos conflitos de interesses e nos custos gerados para controlar essas divergências, surge à governança visando proteger a organização (Jensen & Meckling, 1976), como também todas as partes relacionadas à ela (Phillips, 2003; Parmar *et al.*, 2010).

A governança pode ser definida como o sistema que dirige, monitora e incentiva as organizações, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. Através das boas práticas de governança, seus princípios são transformados em recomendações a fim de alinhar os interesses de todas as partes interessadas, e assim, preservar e otimizar o valor da organização, facilitando o acesso ao capital e contribuindo para a sua perenidade (IBGC, 2009).

As boas práticas de governança não se limitam apenas as organizações que visam lucros, podendo igualmente ser adotadas pelas organizações com fins não econômicos. No caso dessas organizações, a governança se faz necessária para reformular a maneira como elas vêm sendo administradas, acrescentando novos instrumentos para a melhoria de sua gestão, principalmente por enfrentarem desafios que podem ameaçar sua sobrevivência (Salamon, 1997; Hudson, 1999; Coelho, 2000; Leal & Famá, 2007).

As boas práticas de governança são fundamentadas em princípios basilares (Slomski *et al.*, 2008) e visam o alinhamento dos interesses, melhoria do desempenho da gestão e agregação de valor perante o mercado (IBGC, 2009). Conforme a OCDE (2004), os Princípios da Governança são: Garantir a base de uma estrutura efetiva de governança; Direito dos acionistas; Tratamento equitativo dos acionistas; Papel dos *stakeholders*; Divulgação e transparência; Responsabilidade do Conselho. A partir desses princípios o IBGC (2009) adapta-os para quatro princípios básicos, que são difundidos no Brasil:

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Equidade (<i>fainerss</i>)	Referente ao tratamento igualitário e justo de todos os sócios e demais <i>stakeholders</i> , não sendo aceitas atitudes ou políticas discriminatórias.
Prestação de Contas (<i>accountability</i>)	Sócios, gestores, conselheiros e auditores devem prestar contas de sua atuação e se responsabilizarem integralmente pelas consequências de seus atos e omissões.
Responsabilidade Social Organizacional	Dever de zelar pela sustentabilidade da organização visando sua perenidade, considerando em seus negócios e operações as questões sociais e ambientais.
Transparência (<i>disclosure</i>)	Relacionado à disponibilização de informações compulsórias e voluntárias para as partes interessadas, principalmente aquelas relevantes para ações gerenciais e que conduzem a criação de valor. A adequada transparência resulta em confiança interna e nas relações externas.

Quadro 1. Princípios Governança IBGC

Fonte: IBGC, 2009



A transparência é mais ampla que a simples obrigação de divulgar (IBGC, 2009), é evidenciar tempestivamente informações qualitativas e quantitativas detalhadas, relevantes e compreensíveis para que seus usuários possam entender os riscos e atividades da organização, a fim de evitar possíveis erros ou perdas, mesmo que a organização ponha em risco sua posição perante a concorrência (OCDE, 2004; Dantas *et al.*, 2004).

São muitos os interessados nas informações divulgadas por uma organização: investidores, governo, empregados, fornecedores, credores, público em geral (Dantas *et al.*, 2004) ou, simplesmente, os *stakeholders* (Freeman, 2000; Freeman & McVea, 2001). O termo *stakeholders* pode ser definido como qualquer grupo ou indivíduo afetado ou que possa afetar a organização na realização de seus objetivos (Freeman, 2000; Freeman & McVea, 2001; Parmar *et al.*, 2010; Machado, 2011).

Basicamente, o entendimento é de que os resultados gerados pelas atividades da organização devem maximizar não apenas os interesses dos proprietários, mas também de todas as outras partes envolvidas (Freeman, 2000; Parmar *et al.*, 2010). Logo, o bom desempenho da organização está ligado com a boa relação com seus *stakeholders* que devem ser reconhecidos e considerados tanto na estrutura e política organizacional da organização quanto na tomada de decisões, pois o equilíbrio dessa relação é fundamental para a legitimação e a sobrevivência da organização (Phillips, 2003; Freeman, 2000; Parmar *et al.*, 2010) e a transparência e prestação de contas adequadas, são meios para conseguir isso.

Transparência e prestação de contas são dois princípios que não se separam, pois a prestação de contas é um instrumento de transparência no processo de gestão de uma organização (Gimenes, 2010), podendo ocorrer de forma compulsória ou voluntária (Dantas *et al.*, 2004; Beuren & Sothe, 2009). Por compulsória entende-se aquelas informações prestadas em decorrência de exigências legais dos órgãos reguladores e entidades de classe, enquanto que a voluntária são todas as informações prestadas pela organização que não possuem obrigatoriedade legal de evidenciação (Beuren, Hein & Boff, 2011). Através desta, a organização estará associando o seu ato ao cumprimento ético e moral, demonstrando ser socialmente responsável, fortalecendo sua legitimação, aumentando a credibilidade dos seus *stakeholders*, minimizando o risco de ataques de grupos de pressão social, demonstrando princípios de gestão e agregando valor (O'Donovan, 2002; Dantas *et al.*, 2004; Álvarez, Sánchez & Domínguez, 2008; Beuren, Hein & Boff, 2011; Rover *et al.*, 2012).

3.3 Responsabilidade Social

Apesar da crença de alguns de que responsabilidade social é apenas a prática de ações sociais (Melo & Froes, 2001; Machado, 2011), a sua lógica está atrelada à ideia dos *stakeholders*. A responsabilidade social parte da premissa de que a sociedade tem expectativas sobre o comportamento e o resultado das atividades realizadas pela organização devido à ligação existente entre elas (Machado, 2011; Rahin, 2012). Assim, uma organização socialmente responsável toma decisões observando o respeito pelas pessoas, comunidade e o meio ambiente, se comunica tentando ser transparente e dar retorno aos investidores, se preocupa com o ambiente de trabalho, o bem-estar de seus funcionários e dependentes, a satisfação de seus clientes e a sinergia com seus parceiros (Melo & Froes, 2001).

Para Carroll (1979), uma definição que contemple toda a gama de deveres que uma organização precisa desempenhar para ser considerada socialmente responsável, necessita abordar, simultaneamente, os seguintes aspectos: 1) econômica, visto que ela é a unidade econômica básica da sociedade; 2) legal, pois a sociedade espera que organização cumpra com sua missão econômica em conformidade com as exigências legais; 3) ética, devendo as organizações desenvolver suas atividades mediante um comportamento adequado as



expectativas da sociedade; 4) discricionária ou filantrópica, uma vez que a sociedade tem expectativa que as organizações atuem ativamente para melhoria do ambiente social.

Desse modo, uma organização socialmente responsável, além de fortalecer seus laços com todas as suas partes interessadas e ganhar legitimidade, também ganha vantagem competitiva, credibilidade, possui mais facilidade em obter e manter recursos aumentando seu valor (Fombrun *et al.*, 2000; Milani, 2008; Machado, 2011; Rahin, 2012). Porém, é preciso que a organização seja transparente e divulgue essas informações para seus *stakeholders*.

3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ou simplesmente OSCIP, é uma qualificação dada às organizações com fins não econômicos que se enquadram nos requisitos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Essa lei é considerada o marco regulatório do Terceiro Setor no Brasil, pois visa seu crescimento priorizando a transparência, destacando o papel dos conselhos, auditoria externa e das boas práticas administrativas para reduzir os conflitos de interesse e aumentar a credibilidade nas organizações que compõem esse setor (Ferrarezi & Rezende, 2002; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa [SEBRAE], 2009; Machado, 2011).

A Lei 9.790 (1999) relaciona as organizações que podem e não podem qualificar-se como OSCIP e as exigências que necessitam ser observadas como, por exemplo, a prestação de contas de todos os valores e bens recebidos de origem pública, a contabilidade (em conformidade com Normas Brasileira de Contabilidade e elaborada de acordo com os princípios contábeis) e a obrigatoriedade de sua publicação em meio eficaz das demonstrações contábeis, além da execução físico-financeira do Termo de Parceria e das receitas e gastos efetivamente realizados (Lei 9.790, 1999; Ferrarezi & Rezende, 2002; SEBRAE, 2009).

Cabe ao Ministério da Justiça conceder a qualificação de OSCIP para as organizações, bem como, instaurar processo administrativo para perda desta qualificação, permitir o livre acesso do público a todas as informações pertinentes as OSCIPs e ser o receptor das prestações de contas (Lei 9.790, 1999; Ferrarezi & Rezende, 2002; SEBRAE, 2009).

No que tange a gestão, as organizações qualificadas como OSCIPs deverão ser regidas por princípios e boas práticas de governança destacando a presença da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Gestão Executiva ou Direção Executiva (Lei 9.790, 1999, SEBRAE, 2009).

4. PROCESSO METODOLÓGICO

Este estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo (Vergara, 2010), cuja coleta de dados foi realizada, primeiramente, por meio de pesquisa bibliográfica. Em seguida, ocorreu a pesquisa documental e observação não participante nas páginas eletrônicas de Internet das organizações com fins não econômicos, qualificadas como OSCIPs. Os dados da pesquisa documental também foram coletados nos *sites* de Entidades e Instituições como IBGC, Ministério da Justiça, Palácio do Planalto e outros *sítios* de Internet que possibilitou consultar documentos relevantes para o alcance do objetivo da pesquisa.

Para o tratamento dos dados fez-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações que por intermédio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo possibilita a inferência de conhecimentos relativos às variáveis inferidas das mensagens.

O universo dessa pesquisa é composto por 333 (trezentos e trinta e três) organizações qualificadas como OSCIP, no Estado do Rio Grande do Sul, em agosto de 2014. A amostra resulta daquelas que apresentaram informações disponíveis para acesso ao público em geral, por meio de seus *sítios* de Internet e totalizam 89 (oitenta e nove) OSCIPs.



A definição das categorias e indicadores usados na pesquisa para avaliar a prestação de contas e a transparência das OSCIPS, deu-se a partir da revisão da literatura teórica e empírica de autores como Patten (1991); Lindblom (1994); Yusoff, Lehman and Nasir (2006); Brito, Oliveira, Santos, Luca e Oliveira (2008); Mendes-da-Silva, Ferraz-Andrade, Famá e Maluf (2008); Soldi, Hatz, Santos e Silva (2008); Murcia e Santos (2009); Cruz (2010); Carneiro, Oliveira, Torres (2011); Rover *et al.* (2012); Santos Silva e Macagnan (2012); Macêdo, Moura, Dagostini e Hein (2013); Zittei, Politelo e Scarpin (2013); Bezerra, Pereira e Albuquerque (2014); Marquezan, Seibert, Bartz, Barbosa e Alves (2015), bem como a Lei 9.790 (1999), NBC T 15 ([CFC], 2004), a NBC - ITG 2002 (CFC, 2012) e documento de orientação de evidenciação como o *Global Reporting Iniciate* [GRI] (2011). A relação dessas categorias e indicadores estão demonstradas no quadro 2:

Demonstrações Financeiras	Ambiental
Balanco Patrimonial Do Resultado do Exercício (Superávit ou Déficit) De Mutações do Patrimônio Líquido Do Fluxo de Caixa Das Origens e Aplicações de Recursos Notas Explicativas Balanco Social - BS Do Valor Adicionado – DVA Parecer Conselho Fiscal Parecer dos Auditores Independentes Da Receita e Despesa realizadas na Execução	Política Ambiental Projetos Ambientais Certificações Ambientais Controle de Poluição Preservação e Reparo de Danos Ambientais Educação Ambiental Parceiras Ambientais Reciclagem Reflorestamento Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia Conservação da Biodiversidade
Relatórios	Auditoria Ambiental Gastos Ambientais Investimentos Ambientais
Sobre Execução do Objeto do Termo de Parceria Extrato de Relatório de Execução Física e Financeira Relatório Anual de Execução de Atividade	
Certidões Negativas	Social
Certidão Negativa do FGTS Certidão Negativa do INSS	Nº Funcionários Perfil dos Funcionários Oportunidade de Trabalho Saúde e Segurança no Trabalho Investimento em Qualificação Profissional Remuneração Benefícios Comunicação Mecanismos de Reclamação
Estratégica	Projetos Sociais Abrangência Seminários/Eventos Política de Responsabilidade Social
Histórico Missão e Visão Princípios e Valores Objetivos Planos e metas Investimentos	
Governança e Sistema Organizacional	
Organograma Estrutura Organizacional Estrutura Física Atividades Estatuto Auditoria Interna Auditoria Independente Contador Responsável Composição dos Conselhos Identificação dos Dirigentes Remuneração dos Dirigentes Presença de Comitês	

Quadro 2. Indicadores de Transparência

Fonte: Adaptado dos autores acima citados.



A pesquisa teve limitações, uma vez que se fez uso apenas de informações disponíveis no meio eletrônico não havendo o acesso aos dados restritos às dependências das organizações e a seus membros. Assim como, não verificou-se a veracidade das informações divulgadas e não foi analisado o grau de importância dessas informações.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicia-se a apresentação dos resultados pelos indicadores encontrados nos sítios de internet das OSCIPS, que foram de 28 (vinte e oito) dos 62 (sessenta e dois) usados na pesquisa, o que representa 45,17% de informações prestadas aos *stakeholders* através desta ferramenta de comunicação. Na maior parte das organizações foram encontrados entre 7 a 12 indicadores de transparência, ou seja, de 11,30% a 19,35% do total de informações voluntárias que, à luz da governança, podem ser usadas como prestação de contas.

No quadro 3 são apresentados os resultados dos indicadores por categoria:

CATEGORIA	RESULTADO
Demonstrações Financeiras	<ul style="list-style-type: none">• Apenas 13,48% das organizações divulgam as demonstrações financeiras em sua página eletrônica de Internet;• O Balanço Patrimonial e o DRE – Superávit e Déficit do Exercício, presente em 9 (nove) <i>sites</i> de OSCIPS;• As Notas Explicativas foram divulgadas em 2 (duas) organizações;• A DMPL e a DFC foram encontradas em 3 (três).• A DVA, a DOAR e o Demonstrativo de Receitas e Despesas realizadas na Execução, não foram encontrados em nenhuma das organizações da amostra;• O Parecer do Conselho Fiscal foi identificado em 4 (quatro) páginas eletrônicas da Internet e o Parecer de Auditoria Externa em apenas 1 (uma);• Balanço Social (BS) encontrado somente em 3 (três) <i>sites</i> das OSCIPS.
Relatórios	<ul style="list-style-type: none">• 10,11% das organizações divulgam os relatórios de atividades;• 1,13% das organizações divulgam o extrato de relatório de execução física e financeira.• Não foi identificada, em nenhuma das páginas eletrônicas de Internet, a publicidade do relatório sobre execução do objeto dos termos de parcerias.
Certidões Negativas	<ul style="list-style-type: none">• Foi encontrado em apenas 2,25% dos <i>sites</i> analisados.
Estratégicas	<ul style="list-style-type: none">• Os objetivos, o histórico, a missão e visão aparecem em pouco mais de 50% das OSCIPS;• Planos e metas foram encontrados em 4 (quatro) organizações, e investimentos em apenas 2 (duas).
Governança e Sistema Organizacional	<ul style="list-style-type: none">• 86 (oitenta e seis) OSCIPS buscaram divulgar as atividades desenvolvidas;• A estrutura organizacional e a identificação dos dirigentes constam em 59 (cinquenta e nove) páginas;• O estatuto foi localizado em 18 (dezoito) organizações;• O nome do Contador Responsável aparece em 12 (doze) <i>sites</i>;• Estrutura física e organograma foram mencionados em 6 (seis) e 3 (três) páginas, respectivamente;• Auditoria Interna e Remuneração dos Dirigentes não foram encontradas em nenhuma das páginas eletrônicas;• A presença de Auditoria Externa foi evidenciada em 2 (duas) organizações, embora só uma delas tenha divulgado o parecer de auditoria;• Em 3 (três) OSCIPS foram encontrada a existência de Comitê (Técnico, Científico e Financeiro);• Os Conselhos (Administrativo, Fiscal e Consultivo) obtém maior presença na composição estrutural das organizações, tendo sido destacada em 47 páginas.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• 27 (vinte e sete) OSCIPS divulgam sua política ambiental e seus projetos ambientais;• Os indicadores reflorestamento, auditoria ambiental, gastos ambientais e



	<p>investimentos ambientais não foram identificados em nenhuma das páginas analisadas;</p> <ul style="list-style-type: none">• Apenas 1 (uma) divulgou informações sobre uso eficiente da água e uso eficiente de energia;• Controle de poluição e parcerias ambientais foram evidenciadas em 5 (cinco) organizações;• Somente 3 (três) OSCIPS apresentaram certificações ambientais;• 17 (dezesete) organizações mencionam atividades de educação ambiental;• Preservação e reparo de danos ambiental foram destacadas por 9 (nove) OSCIPS;• Já a reciclagem foi mencionada por 17 (dezesete) organizações.
Social	<ul style="list-style-type: none">• Os indicadores mecanismo de reclamação e comunicação foram detectados em 82 (oitenta e dois) e 71 (setenta e um) organizações, respectivamente;• 56 (cinquenta e seis) organizações divulgaram a existência de seminários/eventos;• Projetos Sociais foram divulgados por 46 (quarenta e seis) OSCIPS, mas a abrangência apareceu em apenas 14 (quatorze).• 52 (cinquenta e duas) organizações divulgam ações consideradas de responsabilidade social, por meio de práticas ambientais e/ou sociais.• A remuneração e o perfil dos funcionários foi destacado por 1 (uma) organização;• Informações sobre Benefício que não foi identificado em nenhum dos sites;• Nº de funcionários, oportunidade de trabalho, saúde e segurança do trabalho, e investimento em qualificação aparecem em 6 (seis), 9 (nove), 2 (duas) e 3 (três) páginas eletrônicas de Internet, respectivamente.

Quadro 3. Resultado da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados apresentados corroboram com os autores Soldi *et al.* (2007), Carneiro *et al.* (2008), Zittei *et al.* (2013), Bezerra *et al.* (2014), dentre outros que, através de pesquisas empíricas, constataram a falta de transparência e prestação de contas das OSCIPs que deixam de divulgar informações que interessam a todos os *stakeholders*, principalmente aos externos.

Quanto as demonstrações financeiras, a porcentagem de organizações em que foram encontrados esses indicadores corrobora a constatação de Cruz (2010) de que não é *praxe* dessas organizações divulgar suas demonstrações contábeis. Ainda, que o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado do Exercício– são os mais utilizados pelas organizações para divulgação de suas informações financeiras (Bezerra *et al.*, 2014).

Olak e Nascimento (2010) apontam a importância do Conselho Fiscal e seu parecer, por examinar as contas da administração (Lei 9.790, 1999; SEBRAE, 2009) e, principalmente, o parecer da Auditoria Externa que atesta a veracidade das demonstrações contábeis, gerando a credibilidade no trabalho desenvolvido pelas organizações. No entanto, notou-se que há pouca evidência desses documentos por parte das OSCIPS.

Outro demonstrativo com escassez de publicidade foi ao Balanço Social (BS), elucidando que as três organizações que externaram esse demonstrativo não estão entre as nove que divulgaram o Balanço Patrimonial. Assim, cabe enfatizar a utilidade do Balanço Social como instrumento propício a dar maior visibilidade às atividades executadas pelas OSCIPs, à realização dos trabalhos sociais (interno e externo), bem como as ações desenvolvidas relativas ao meio ambiente (Melo & Froes, 2001; Brito *et al.*, 2008; Milani, 2008; Beuren, Hein & Boff, 2011; Santos Silva & Macagnan, 2012; Bezerra *et al.*, 2014).

O baixo número de evidência dos demonstrativos pressupõe a ausência de interesse das organizações em prestar contas para os *stakeholders*, que não as obrigam a apresentar tais documentações e relatórios, mas que possuem igual importância para sustentabilidade delas. Além disso, também demonstra a divergência na forma de prestação de contas aos diversos interessados nessas informações (Soldi *et al.*, 2007; Berreza *et al.*, 2014), uma vez que esses demonstrativos devem ser enviados ao Ministério da Justiça (Lei 9.790, 1999), utilizando-se



do Portal do MJ, mas não são evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das organizações para acesso facilitado aos financiadores, doadores e público em geral.

Salienta-se que foram encontradas informações desatualizadas em 6 (seis) das organizações que publicaram indicadores da categoria Demonstrações Financeira, o que corrobora com Soldi *et al.* (2007) ao afirmar que, muitas vezes, há divulgações financeiras por partes das organizações, mas desatualizadas, o que prejudica a análise dessas informações.

A Lei 9.979 (1999) determina que as OSCIPS deem publicidade para seus Relatórios, deixando-os a disposição de qualquer cidadão. Todavia, a pesquisa demonstrou que somente 11,24% das organizações da amostra estão atendendo a exigência legal. Essa mesma determinação se estende para divulgação das Certidões Negativas de Débito do INSS e do FGTS (Lei 9.790, 1999), porém, os indicadores dessa categoria foram pouco evidenciados. Essa situação além de reduzir a transparência dessas organizações, ratifica a constatação de Bezerra *et al.* (2014) que afirmam que a maioria delas não executam o que a lei preconiza.

A categoria estratégica teve todos os seus indicadores identificados nas páginas eletrônicas de Internet observadas, demonstrando haver a preocupação em deixar claro para os públicos a orientação geral da organização e o que se pretende conseguir com sua atuação na sociedade. Essa constatação é positiva, pois esses elementos são componentes essenciais da administração estratégica que proporciona ao *stakeholders* avaliar as necessidades dessas Instituições, os recursos que elas precisam para satisfazer essas necessidades e, por fim, monitorar se os resultados estão de acordo com o que foi proposto (HUDSON, 1999).

Na categoria governança e sistema organizacional, os indicadores mais identificados referem-se ao sistema organizacional. Os indicadores de Governança remetem aos mecanismos de controle interno que devem haver nas organizações para reduzir os conflitos de interesse entre os gestores, investidores sociais e governo, bem como a assimetria informacional existente entre as partes interessadas (Akerlof, 1970; Slomski *et al.*, 2008; IBGC, 2009; Machado, 2011). No entanto, notou-se a ausência desses mecanismos, inclusive os exigidos legalmente, como é o caso do Conselho Fiscal, que não constam na totalidade dos *sites* observados.

O fato das OSCIPS não divulgarem esses mecanismos em suas páginas eletrônicas não configura a falta deles na organização, porém demonstra o baixo nível de transparência delas.

Na categoria ambiental os indicadores mais evidenciados foram Política Ambiental e Projetos Ambientais, confirmando os resultados encontrados nas pesquisas de Yusoff, Lehman and Nasir (2006) e Macedo *et al.* (2013). Diante disso, torna-se notório a insuficiência de informações divulgadas relativas as ações ambientais executadas pelas OSCIPS, tanto que os indicadores mais evidenciados não atingem 50% das organizações, o que destaca a necessidade de crescimento do nível da transparência ambiental por parte das organizações (Macedo *et al.*, 2013).

Alguns indicadores que compõem a Categoria Social foram assiduamente evidenciados nos sítios de Internet das OSCIPS e, em vista disto, esta categoria se sobressaiu perante as demais como a mais evidenciada. Os indicadores alusivos ao funcionamento interno das organizações aparecem em números menores, como é o caso de remuneração, perfil dos funcionários e informações sobre benefícios, não identificados em nenhum site.

Pela desarmonia entre os níveis de divulgação de informações internas e externas transparece que as organizações não desenvolvem igualmente os dois âmbitos sociais, por exemplo, elas realizam projetos sociais em prol da sociedade, mas podem não disponibilizar benefícios para seus funcionários. Deste modo, essa análise corrobora com Melo e Froes (2001) ao alegar que nem sempre as organizações são atuantes e eficazes nas duas dimensões sociais, tornando parcial a envoltura e o engajamento social da organização (Milani, 2008).



Conforme preconiza a teoria (Carroll, 1979; Fombrun *et al.*, 2000; Melo & Froes, 2001; Machado, 2011; Rahin, 2012), uma organização socialmente responsável executa suas ações não só em conformidade com as exigências legais, mas considerando seu público interno, a sociedade em geral, o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente. Mantendo assim, uma relação equilibrada com todos os seus *stakeholders*, garantindo ou recuperando sua legitimidade.

Frisa-se que a ausência de divulgação das informações usadas na pesquisa como indicadores de transparência, não denota a inexistência delas nas organizações. Porém, a baixa evidencição observada demonstra a necessidade de melhoria no sistema de governança, visando os princípios de transparência e prestação de contas e ratifica a falta de transparência para as organizações, como observado em estudos anteriores (Assis *et al.*, 2006; Yusoff, Lehman & Nasir, 2006; Soldi *et al.*, 2007; Brito *et al.*, 2008; Milani, 2008; Gimenes, 2010; Carneiro *et al.*, 2011; Macedo *et al.*, 2013; Bezerra *et al.*, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa foi possível perceber que as páginas eletrônicas das OSCIPS são frequentemente usadas para divulgar fins diversos, por outro lado, conforme o resultado da investigação (e corroborando com Soldi *et al.*, 2007), a evidencição de informações para prestação de conta dos recursos angariados e sua aplicação, a abrangência e os resultados obtidos das atividades desenvolvidas, o envolvimento e o cumprimento socialmente responsável dessas organizações, são dados insuficientes nos *sites* à disposição dos seus *stakeholders*. Essa constatação é reforçada pelo total dos indicadores encontrados durante a pesquisa, dos 62 (sessenta e dois) indicadores somente 28 (vinte e oito) foram localizados. Porém, esse total foi encontrado em apenas 1 (uma) OSCIP, enquanto a maioria divulgou de 7 (sete) a 12 (doze) indicadores de transparência.

A categoria mais evidenciada é a categoria Social, encontrada em 97,75% das páginas eletrônicas de Internet analisadas. No entanto, os indicadores direcionados ao atendimento do público externo são mais divulgados que os indicadores que remetem ao público interno da OSCIPS. A mesma situação ocorreu com os indicadores da categoria de Governança e Sistema Organizacional identificada em 95,51% dos *sites* pesquisados, os indicadores referentes ao sistema organizacional das OSCIPS foram mais identificados do que os indicadores relacionados à governança.

Já os indicadores da categoria Estratégia foram todos evidenciados, mesmo que 2 (dois) deles tenham sido informados por 4 (quatro) e 2 (duas) OSCIPS, respectivamente. Todavia, o resultado foi positivo por demonstrar a preocupação das organizações em elucidar seus componentes estratégicos, dando a possibilidade aos *stakeholders* monitorar e avaliar se as ações desenvolvidas estão de acordo com a missão e objetivos da organização.

As categorias com baixos níveis de divulgação são a Certidão Negativa (2,25%), Relatórios (11,24%) e Demonstrações Financeiras (13,48%), salientando-se que grande parte das informações pertencentes a essas categorias são obrigatórias para prestação de contas com o Ministério da Justiça. Assim, corroborou-se com pesquisas anteriores (Bezerra *et al.*, 2014; Cruz, 2010; Soldi *et al.*, 2007) ao constatar a existência de divergência na prestação de contas das organizações com seus diversos *stakeholders*, a falta de habitualidade dessas organizações em divulgar suas informações financeiras, além de detectar que muitas não atendem plenamente ao que a lei preconiza.

Comparada às demais, a categoria Ambiental obteve uma posição mediana ao ser evidenciada em 30,34% das páginas eletrônicas de Internet das OSCIPS. Os indicadores mais encontrados foram Política Ambiental e Projetos Ambientais, o que ratifica pesquisas anteriores (Macedo *et al.*, 2013; Yusoff, Lehman & Nasir, 2006). Ainda, corroborando com



Macedo *et al.* (2013), o baixo número de indicadores ambientais identificados durante a pesquisa demonstra a necessidade das organizações aumentarem o nível de transparência ambiental.

Mediante o que foi exposto, considera-se que a questão da pesquisa foi respondida e o objetivo principal foi alcançado, uma vez que se identificou os tipos de contas que as OSCIPS do Estado do Rio Grande do Sul estão prestando aos seus públicos de interesse, por meio de suas páginas eletrônicas da Internet.

Por fim, através da investigação nos *sites* das OSCIPS, utilizando indicadores de transparência selecionados a partir da revisão de pesquisas anteriores, foi possível verificar que essas organizações ainda têm muito a evoluir para atenderem plenamente a esses dois princípios e melhorar seu sistema de governança, por meio dos seus princípios. Esse desfecho corrobora outros estudos (Soldi *et al.*, 2007; Carneiro *et al.*, 2008; Gimenes, 2010; Zittei *et al.*, 2013; Macedo *et al.*, 2013; Bezerra *et al.*, 2014) que destacaram a falta de transparência e prestação de contas dessas organizações ao não divulgarem informações de interesse de todos os seus *stakeholders*.

Este artigo não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre este tema, por isso, anseia-se por novas investigações abordando outras questões que possam contribuir para ampliar o conhecimento e a melhoria do sistema de governança das organizações caracterizadas como OSCIP.

REFERÊNCIAS

Akerlof, G. A. (1970). The market of lemons: quality, uncertainty and the market mechanism. In: *Quartely Journal of Economics*, 84(3), 488-500.

Alchian, A.; & Demsetz, A. (1972). Production, Information Costs, and Economic Organization. *The American Economic Review*. 777 – 795.

Álvarez, I. G., Sánchez, I. M. G., & Domínguez, L. R. (2008). Voluntary and compulsory information discloses online: The effect of industry concentration and other explanatory factors. *Online Information Review*, 32(5), 596-622.

Assis, M. S., Mello, G. R., & Slomski, V. (2006). Transparência nas entidades do Terceiro Setor: A demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração do desempenho. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, Brasil, 3.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Berle, A. A., & Means, G. C. (1987). *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada* (2a ed.). São Paulo: Nova Cultural.

Beuren, I. M., & Sothe, A. (2009). A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(5), 98-120.

Beuren, I. M., Hein, N., & Boff, M. L. (2011). Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom versus geração familiar gestora de empresas familiares. *Revistas Iberoamericana de Contabilidad de Gestion – RIGC*, IX(17).



Bezerra, E. S., Pereira, M. de L., & Albuquerque, L. S. (2014). Um estudo nas demonstrações contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Brasil. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Natal, RN, Brasil, XXI.

Brito, P. P., Oliveira, M. C., Santos, S. M. dos, & Oliveira, B. C. de. (2008). A utilização dos demonstrativos contábeis como instrumento de apoio a gestão nas organizações não governamentais: um estudo de caso no estado do Ceará. *Revista Alcance*, 15(1), 61 – 80.

Carneiro, A. de F., Oliveira, D. de L., & Torres, L. C. (2011). *Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 6(2), 90-105.

Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.

Coase, R. (1937). The Nature of the Firm. *Econômica*, 4(16), 386 – 405.

Coelho, S. C. T. (2000). *Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2004). *NBC - T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental*.

_____. (2012). *NBC - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucro*.

Cruz, C. V. O. A. (2010). *A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Dantas, J. A., Zendersky, H. C., & Niyama, J. K. (2004). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, XXVIII.

Deegan, C., Rankin, M., & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 312 – 343.

Ferrarezi, E., & Rezende, V. (2002). *OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor (2a ed.)*. Brasília: Comunidade Solidária.

Fombrun, C. J., Gardberg, N. A., & Barnett, M. L. (2000). Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputational risk. *Business and Society Review*, 105(1), 85-106.

Freeman, E. R., & McVea, J. (2001). A stakeholder approach to strategic management. *Social Science Research Network*.



Freeman, E. R. (2002). *Stakeholder theory of the modern corporation*.

Gimenes, É. R. (2010). Transparência na prestação de contas por organizações do Terceiro Setor. *Revista Urutágua Acadêmica Multidisciplinar DCS/UEM*, 20, 130-140.

Global Reporting Initiative. (2011). *Diretrizes para relatório de sustentabilidade*.

Hudson, M. (1999). *Administrando organizações do terceiro setor: O desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009) *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, & Grupo de Institutos Fundações e Empresas. (2014). *Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações Empresariais*. (2a ed.). São Paulo: IBGC; GIFE.

Jensen M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. *Journal os Financial Economics*, 3(4), 305-360.

Klein, B. (1983). Contracting costs and residual profits: the separation of ownership and control. *Journal of Law & Economics*, 26, 367-374.

Leal, E. A., & Famá, R. (2007). Governança nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso. *Anais Seminários em Administração*, São Paulo, Brasil, X.

Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999 (1999). Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Recuperado em 24 julho, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm

Lindblom, C. (1994). *The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure*.

Macêdo, F. F. R. R., Moura, G. D. de, Dagostini, L., & Hein, N.(2013). Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na Bm&Fbovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 16(1), 3-18.

Machado, C. P., Filho. (2011). *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações* (reimp. da 1a ed., 2006). São Paulo: Cengage Learning.

Marquezan, L. H. F., Seibert, R. M., Bartz, D., Barbosa, M. A. G., & Alves, T. W. (2015). Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 18(1), 127-150.

McDonnell, B. H. (2011). Strategies for an employee role in corporate governance. *Wake Forest Law Review*, 46, 429-445, 2011.

Melo, F. P. de, Neto, & Froes, C. (2001). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor* (2a ed.). Rio de Janeiro: Qualitymark.



- Mendes-da-Silva, W., Ferraz-Andrade, J. M., Famá, R., & Maluf, J. A., Filho. (2009). *Disclosure* via website corporativo: um exame de informações financeiras e de governança no mercado brasileiro. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 49(2), 190-205.
- Milani, M. A. F., Filho. (2008). Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. *Revista Contabilidade e Finanças*, 19(47), 89-101.
- Murcia, F. Da-Ri., & Santos, A dos.(2009). Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 3(2), 72-95.
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 15(3), 344-371.
- Olak, P. A., & Nascimento, D. T. do. (2010). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor) (3aed.)*. São Paulo: Atlas
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômica. (2004). *Princípios de governança corporativa da OCDE*.
- Parmar, B. L., Freeman, R. E., Harrison, J. S., Wicks, A. C., Purnell, L., & Colle, S. de. (2010). Stakeholder theory: The state of the art. *The academy of management annals*, 4(1), 403-445.
- Patten, D. M. (1991). Exposure, legitimacy and social disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10, 297-308.
- Phillips, R. (2003). Stakeholder legitimacy. *Business Ethics Quarterly*, 13, 25-41.
- Rahim, M. M. (2012). Raising corporate social responsibility - The 'legitimacy' approach. *Macquarie Journal of Business Law*, 9(6), 62-81.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. Dal-Ri., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217-230.
- Salamon, L. M. (1997). Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: E. B. Ioschpe (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Shaffer, B. (1995). Firm-level responses to government regulation: Theoretical and research approaches. *Journal of Management*, 21(3), 495-514
- Santos Silva, V., & Macagnan, C. B. (2012). Categorias de informações evidenciadas nos relatórios anuais. *REDES – Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, 17(2), 154-174.



Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. (2009). *OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*.

Shocker, A. D., & Sethi, S. P. (1973). An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, XV(4), 97-105.

Slomski, V., Macedo, F. de Q., Tavares, F., Filho, & Mello, G. R. (2008). *Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas

Soldi, A. R., Hatz, C. R., Santos, G. R. dos, & Silva, M. M. da. (2007). Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas. *Jovens pesquisadores*, 4(1).

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.

Vergara, S. C. (2011). *Métodos de pesquisa em administração* (13a ed.). São Paulo: Atlas.

Zittei, M. V. M., Politelo, & L., Scarpin, J. E. (2013). Nível de evidenciação contábil das organizações do terceiro setor. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, Brasil, 13.

Wagenhofer, A. (1990). Voluntary disclosure with a strategic opponent. *Journal of Accounting and Economics*, 12, 341-363.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134.

Weitzner, D., & Peridis, T. (2011). Corporate governance as part of the strategic process: rethinking the role of the board. *Journal of Business Ethics*, 102, 33-42.

Yusoff, H., Lehman, G., & Nasir, N. (2006). Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. *Asian Review of Accounting*, 14, 122-148.